

Tema “estrutura de poder” extrapola Co e exige amplo debate na comunidade da USP

Na primeira assembleia do semestre, em 30/8, discutiremos, entre outros, o tema da **Democratização da Universidade**. Na reunião de junho do Conselho Universitário (Co), o debate sobre a estrutura de poder da USP foi retomado, tendo como uma das preocupações centrais o processo de eleição do reitor. As propostas encaminhadas por várias congregações foram sistematizadas e levadas ao Co. Dada a importância do tema, é preciso retornar às unidades para que docentes, funcionários e estudantes tomem conhecimento e discutam o conjunto das propostas apresentadas, ampliando assim o debate sobre o Estatuto da USP.

Consideramos fundamental que possam ser apreciadas todas as propostas e não apenas aquelas oriundas de congregações. Os movimentos de estudantes, funcionários e docentes aprovaram propostas, em diferentes momentos e instâncias, que precisam ser discutidas. Uma mudança estatutária relativa à estrutura de poder, que se pretenda representativa, não pode prescindir do reconhecimento da comunidade universitária, que só poderá ser alcançado se o processo de discussão for aberto e amplo. Na assembleia, precisamos definir mecanismos de intervenção nesse processo, visando a uma democratização efetiva dos colegiados e dos processos de eleição de reitor e diretores.

Outro tema de que trataremos na assembleia desta quinta-feira é o da **mudança da sede da Adusp**. No *Informativo Adusp* 349 relatamos, com detalhes, o andamento desse processo que teve início em

julho de 2011, sem dar sinais de que esteja se encerrando a contento. Em 17/8, o reitor Grandino Rodas recebeu uma comissão de professores para discutir essa questão. A reunião foi solicitada pela colega Zilda Iokoi (FFLCH) e contou com a presença dos professores José Jeremias de Oliveira (FFLCH) e Francisco Miraglia (IME), ex-presidentes da Adusp, e Rosângela Sarteschi (FFLCH), Luciano Duarte (IF) e Andrés Vercik (FZEA), membros do Conselho de Representantes (CR) da entidade, tendo por objetivo manifestar ao reitor a necessidade de que o processo de negociação da nova sede seja concluído, e o mais rapidamente possível.

Compromisso. Na ocasião, o reitor voltou atrás em vários dos pontos já acertados com os professores Wanderley Messias da Costa, superintendente de relações institucionais da Reitoria, e Alberto Carlos Amadio, chefe de gabinete da Reitoria, que o representaram em reuniões com diretores da Adusp. Inicialmente, manifestou não ter intenção de firmar nenhum Termo de Permissão de Uso para a nova sede da entidade, proposta apresentada por ele próprio em agosto do ano passado. Depois, voltou a questionar a legalidade de ceder um espaço para a Adusp no *campus*, alegando desconhecimento de parecer da Procuradoria Geral (ex-Consultoria Jurídica, CJ) que respaldasse juridicamente a Reitoria. Teria se esquecido de que assinou um Termo dessa natureza, no início de 2010, concedendo espaço para a sede da Adusp em Ribeirão

Preto, respaldado por parecer da CJ, de 2009? Parece também ter se esquecido da declaração do procurador geral da USP, Gustavo Monaco, em reunião com diretores da Adusp, na presença dos representantes da Reitoria, em dezembro de 2011, que afirmou não haver restrição legal à cessão de espaço no *campus* para a sede da Adusp.

Ao final do encontro, diante da insistência dos professores presentes, comprometeu-se a agendar reunião com a diretoria para a semana de 20 a 24/8, na qual a Adusp manifestaria seu posicionamento acerca da proposta do reitor de garantir a permanência da entidade no *campus*, com a manutenção do atual *status* (ou seja, sem assinatura de Termo). Constaria da pauta, também, a discussão do projeto executivo da nova sede, encaminhado pela entidade à Reitoria em junho de 2012.

Para encerrar, trataremos da **Ação da URV**. Como noticiado no *Informativo Adusp* 347, diferentes categorias têm pleiteado com êxito, na justiça, diferenças salariais referentes a perdas decorrentes da transformação dos salários em Unidade Real de Valor (URV), a partir de março de 1994. O Grupo de Trabalho de Verbas da Adusp estudou a questão e concluiu que, para os docentes, a perda foi de 6,49%, existindo assim a possibilidade de entrar com uma ação visando a recuperar este percentual. Caberá à assembleia deliberar também sobre este tema.

Como visto, temos decisões importantes a tomar.

Abra um espaço na sua agenda para participar da assembleia!

Nesta edição

Página 2

- Uso de acaricidas no campus de Ribeirão Preto provoca danos, advertem docentes

Página 3

- Manifestação no IQ por Ana Rosa Kucinski impulsiona Comissão da Verdade da USP

- Semana de Psicologia discutiu tortura e Comissão da Verdade

Página 4

- Andes-SN apresenta contraproposta ao governo

- Nota da Adusp defende 10% do PIB no PNE

Em tempo:

Em pleno fechamento desta edição, recebemos mensagem da professora Zilda Iokoi, informando que a secretária do reitor entrara em contato para propor nova reunião no dia 30/8, com o objetivo de discutir o assunto sede da Adusp, com a mesma comissão que o reitor recebeu em 17/8, e não com a diretoria da Adusp.

ASSEMBLEIA GERAL
30/8, 5ª FEIRA, 17H00, SEDE DA ADUSP

PAUTA : AÇÃO DA URV / MUDANÇA DA SEDE / DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE

Uso de acaricidas no campus de Ribeirão Preto provoca danos, advertem docentes

Parecer técnico da Superintendência de Controle de Endemias (Sucen) também aponta problemas no plano da Prefeitura do campus

Uma suposta infestação de carrapatos-estrela na USP de Ribeirão Preto fez com que a Prefeitura do Campus implantasse, em novembro de 2011, um plano de contenção do problema. As medidas adotadas causam protestos de docentes, que argumentam ter havido pouco diálogo sobre o assunto com a comunidade acadêmica ligada à área ambiental. Além disso, são apontadas dúvidas quanto ao acerto do conjunto de ações idealizadas e coordenadas pelo agrônomo Carlos Alberto Perez, que não tem vínculo funcional com a universidade.

Professores da área de Biologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCLRP) encaminharam representação ao Ministério Público (MP), em que solicitavam providências: “Em novembro do ano passado, foi realizada audiência na qual apresentamos as nossas restrições”, conta a professora Elenice Mouro Varanda. Segundo a representação ao MP, “o conjunto de ações propostas pela Coordenadoria é inviável ambientalmente e apresenta segurança questionável à saúde dos usuários do campus”.

O documento sustenta que o projeto adotado pela Coordenadoria é falho por não detalhar os métodos de aplicação e de monitoramento do acaricida escolhido (piretróide), que pode contaminar pessoas, em especial as crianças da creche existente no campus. No entanto, a representação foi arquivada em julho último: “O MP alega que o veneno utilizado é autorizado para ser aplicado sem causar danos ao ambiente”, completa Elenice.

Ao *Informativo Adusp*, o prefeito Osvaldo Bezzon disse ter havido diálogo: “No dia 6 de outubro de 2011, a Prefeitura do Campus convidou pesquisadores, principalmente da FFCLRP, e o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, para reunião que aconteceu no dia 7 de outubro de 2011 na sala do Conselho Gestor, com o agrônomo Carlos Alberto Perez, con-

sultor junto à diretoria e coordenador de pesquisas e controle do carrapato-estrela no campus da Esalq-USP”, destinada ao “mapeamento das pesquisas em desenvolvimento no campus e esclarecimentos quanto às ações referentes ao combate dos carrapatos”.

A contratação do consultor teria sido sugerida pelo promotor de justiça, revela o prefeito: “O nome do agrônomo Carlos Alberto Perez surgiu em reunião do professor Sebastião de Almeida, então diretor da FFCLRP, no Ministério Público. O MP chamou o professor Sebastião em função da presença de gambás com carrapatos no campus (...). Como o professor Sebastião informou que na FFCLRP não existia especialista nesta área, o próprio promotor citou o nome do agrônomo Carlos Alberto Perez, pois sabia do ocorrido na Esalq, em Piracicaba”.

Febre maculosa. Em parecer técnico divulgado em novembro de 2011, o Núcleo de Estudos de Doenças Transmitidas por Carrapatos da Superintendência de Controle de Endemias de São Paulo (Sucen) destacou problemas no plano de trabalho proposto para o campus de Ribeirão Preto: falta de informações sobre o número de pessoas parasitadas e sobre as áreas que frequentam, a fim de delinear de forma precisa a região a sofrer intervenções; pouca clareza quanto às metodologias utilizadas para a contenção dos carrapatos; e ausência de explicações sobre a metodologia utilizada para identificação de vetores transmissores da febre maculosa, transmitida pelo carrapato-estrela.

“A febre maculosa se inicia com dores de cabeça e, se não for tratada logo, tem grande chance de levar à morte”, explica Adriano



Vista aérea do lago no campus de Ribeirão Preto, notando-se à esquerda a localização de um dos bandos de capivaras. A USP quer conter os animais, alegando risco de febre maculosa

Pinter, técnico da Sucen, que não recomenda o uso de acaricidas no ambiente, por serem extremamente tóxicos para peixes, abelhas e outras espécies. “Mesmo que o produto tenha uma eficiência para a eliminação de 95% dos carrapatos, ainda restam 5% no ambiente suficientes para continuar o ciclo e manter a infestação alta”, diz Pinter.

Uma forma de controle de carrapatos, explica o técnico da Sucen, é o corte da grama, ou roçagem, “que permite que raios solares incidam diretamente no solo matando os ovos dos carrapatos; mas para que isso funcione, a roçagem deve ser feita no final do verão, nos meses de fevereiro e março”, ou seja antes da eclosão dos ovos. “A única forma definitiva de conter a população de carrapatos é diminuir a população de capivaras”, afirma Pinter, “mas é muito importante que isso seja feito de forma gradual, não se deve retirar animais do local ou colocar cercas que separem os animais da fonte de alimento, pois isso desequilibra o bando e pode fazer com que os animais migrem para outros lugares transferindo o problema para outras partes”.

A professora Kátia Ferraz, que leciona Ciências Florestais na Esalq, disse ao *Informativo Adusp* que, naquele campus, os resultados do uso de acaricida não foram animadores. “Depois que o projeto de contenção começou a funcionar, a infestação de carrapatos não melhorou; pelo contrário, temos a forte impressão de que pio-

rou muito em várias áreas. Hoje, temos carrapatos em regiões em que não tínhamos antes”.

Capivaras. Além da aplicação de acaricidas, o projeto implantado no campus de Ribeirão Preto prevê cercar as áreas onde vivem os seus hospedeiros, as capivaras. Acredita-se que a presença desses animais esteja relacionada à infestação. E, se picadas por carrapatos infectados pela *Rickettsia rickettsii*, bactéria causadora da febre maculosa, elas se tornam fonte de infecção.

Patrícia Monticelli Almada, professora da FFCLRP, está fazendo um levantamento da população de capivaras no campus Ribeirão Preto desde março: “Não vejo descontrole no número de capivaras. Meu estudo, ainda que não esteja completo, não me leva a achar que haja mais do que 50 animais aqui. E a literatura considera de 40 a 60 animais uma população baixa”. As áreas ocupadas por eles totalizam 63 hectares e estão em íntima associação com fontes de água: o lago e o córrego Laureano. “Não tivemos nenhum caso comprovado de febre maculosa na USP Ribeirão Preto e nenhum carrapato foi retirado diretamente de uma capivara. Precisamos de tempo para o devido estudo epidemiológico”. Patrícia chama atenção para os riscos da contenção de capivaras: “São animais territorialistas e agressivos, é complicado cercá-los. A situação pode levá-los a matarem uns aos outros”.

Manifestação no IQ por Ana Rosa Kucinski impulsiona Comissão da Verdade da USP

A campanha pela instalação de uma Comissão da Verdade na universidade recebeu novo impulso em 13/8, quando o Fórum Aberto pela Democratização da USP realizou um ato público na esplanada do Instituto de Química (IQ), com a finalidade de pressionar aquela unidade para que reverta a demissão da professora Ana Rosa Kucinski, decidida pela Congregação, por alegado “abandono de função”, em 1975.

Cerca de 70 pessoas aglomeraram-se em frente ao complexo conhecido como “Queijinho”, para exigir reparação das injustiças e do crime cometido contra Ana Rosa, que foi capturada e assassinada pelos órgãos de repressão política da Ditadura Militar, em 1974. A Congregação do IQ, quando a demitiu, sabia de seu envolvimento com um grupo que fazia oposição ao regime, e que a jovem professora estava desaparecida havia 19 meses.

“O Brasil silenciou, negou, minimizou, justificou, encobriu as feridas do seu passado recente e assim fez também a USP. Mas chegou a hora de falar, de contar essas histórias. Essas histórias precisam ser conhecidas e seus protagonistas lembrados. No lugar de silenciar e justificar, é preciso passar a limpo o passado, pois só assim será possível entender o presente e olhar para o futuro”, declarou a professora Elisabetta Santoro, vice-presidente da Adusp.

No dia 17/8, o Fórum Aberto protocolou na direção do IQ carta lida no início do ato, que contém as reivindicações do movimento. Além de reivindicar que seja anulada a decisão da Congregação, o Fórum propõe que o “Queijinho” receba o nome de Complexo Ana Rosa Kucinski.

“Nossa principal reivindicação é que a Congregação do Instituto reconheça oficialmente a professora Ana Rosa como uma desaparecida política, que foi assassinada pelo regime, e reveja seu processo”, explica Fábio Luis Franco, diretor da Associação dos Pós-Graduandos.

Repúdio? Recentemente a Congregação do IQ discutiu o caso Ana Rosa. Porém, a preocupação dos que se manifestaram não era reabilitar a memória da docente



Fotos: Daniel Garcia

Protesto reuniu estudantes, docentes e amigos da família Kucinski. No destaque, o irmão de Ana Rosa, professor Bernardo

assassinada e demitida, mas retaliou seu irmão, jornalista Bernardo Kucinski, professor aposentado da Escola de Comunicações e Artes da USP. Isso porque a *Revista Adusp* publicou, em sua edição 52, capítulo do livro *K*. (Expressão Popular, 2011) intitulado “A reunião da Congregação”, em que Bernardo, mesclando realidade e ficção, comenta o comportamento dos pares de Ana Rosa na ocasião em que decidiram excluí-la da instituição.

Na reunião de 13/6, o diretor do IQ, Fernando Rei Ornellas, externou a opinião de que o texto de Bernardo representa “uma falta de respeito com o instituto” e com o professor Ernesto Giesbrecht (que em 1975 exercia o cargo de diretor e, portanto, presidente da Congregação). Ornellas anunciou a intenção de montar uma

comissão com professores que participaram da reunião que demitiu Ana Rosa. O intuito da iniciativa: lançar uma nota de repúdio ao autor de *K*. Somente um docente ponderou em sentido contrário.

“Se ainda há gente tentando desqualificar meu relato, sinceramente, não acredito que vá acontecer algo importante depois dessa nossa manifestação aqui”, lamentou Bernardo. “Estou aqui em respeito à velha guarda, aos colegas, camaradas e amigos que eu sabia que estariam presentes”.

Marcelo Pablito, diretor do Sindicato dos Trabalhadores (Sintusp), relacionou o contexto ditatorial ao momento vivido na USP: “Queremos que a história da professora Kucinski represente hoje todos os professores, funcio-

nários e alunos que sofreram e ainda sofrem com a repressão aqui dentro”, afirmou. Para ele, é inadmissível que a Reitoria ainda use mecanismos da época da Ditadura Militar, como o Regimento Disciplinar de 1972, para perseguir e demitir seus críticos.

O Fórum Aberto pela Democratização da USP reivindica a instalação de uma Comissão da Verdade interna, dotada de autonomia e independência para apurar as graves violações de direitos humanos ocorridas na universidade no período de 1964 a 1985.

Semana de Psicologia discutiu tortura e Comissão da Verdade

O Instituto de Psicologia (IP-USP) retomou o debate da Comissão da Verdade, durante a Semana de Psicologia. No dia 17/8, no anfiteatro Carolina Bori, foi realizada a mesa redonda “Tortura e Comissão da Verdade”, com a participação do professor Luis Galeão da Silva (IP), do jornalista Pedro Pomar (*Revista Adusp*) e do aluno João Pedro Munhoz, representante da Federação Nacional dos Estudantes de História.

“A tortura tem uma triste e persistente presença na nossa

sociedade, desde o período colonial”, explicou Galeão, lembrando que a sua prática pelos aparatos estatais coercitivos (como a Polícia Militar) continua a vitimar as populações mais vulneráveis. Citou Hélio Pellegrino: submetido à tortura, “o sujeito se transforma em objeto”.

Pomar historiou as diferentes etapas da criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e apontou suas limitações, resultantes de pacto entre governo e chefes militares. Disse que 40 pessoas ligadas à USP foram as-

assinadas pela Ditadura Militar, e que a instituição forneceu ao regime quadros como Gama e Silva e Delfim Netto.

Munhoz afirmou que a CNV “é feita no sentido de criar um discurso oficial sobre a Ditadura” (que define como empresarial-militar) e lembrou que são apenas sete pessoas, para investigar 42 anos (1946-1988). Denunciou as atuais políticas de extermínio: “O inimigo interno, que era o militante comunista, hoje são os jovens negros e pobres da periferia”.

Andes-SN apresenta contraproposta ao governo

O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) protocolou no dia 23/8 uma contraproposta da categoria nos ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e da Educação (MEC). Na contraproposta, os docentes abrem mão de aumentos e dão preferência à reestruturação da carreira. O documento estabelece que, a cada degrau de progressão, os professores tenham ajuste de 4% (em vez dos 5% pleiteados anteriormente). A categoria também decidiu acatar o piso de início de carreira proposto pelo governo, de R\$ 2 mil. “Antes, pleiteávamos R\$ 2,5 mil, salário inicial considerado ideal pelo Dieese [Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos]”, declarou a presi-

denta do Andes-SN, Marinalva de Oliveira, à Agência Brasil.

O governo mantém-se intransigente após ter encerrado as negociações com a categoria no dia 3 de agosto, quando assinou acordo com o Sindicato de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes), de duvidosa representatividade.

As entidades de classe majoritárias, que são o Andes-SN e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe), rejeitaram a proposta governamental de reajuste.

Talvez muitos estranhem que, no último dia 17, as universidades federais (IFES) tenham completado 3 meses de uma greve ampla, mesmo depois de duas “propostas” apresentadas pelo governo. Mais estranho, ainda, pode pare-

cer o fato de que essa greve continue atingindo mais de 50 dessas instituições, com as características as mais diversas, espalhadas por todo o país.

Entre as causas para a recusa às propostas do governo e para a manutenção da greve podemos apontar primeiramente o fato de que muitos docentes recém-contratados estão submetidos a condições de trabalho extremamente precárias, em especial nos vários novos *campi* das universidades federais, marcados pela superlotação de classes, com aulas em locais improvisados, sem possibilidades de realizarem suas pesquisas para as quais foram formados e contratados. Tudo isso devido à “expansão Reuni”, apressada e subfinanciada.

A segunda, e talvez a mais di-

vulgada, refere-se ao fato de que as duas propostas limitaram-se à apresentação de tabelas, em que se elenca a remuneração futura para cada uma das carreiras que o executivo insiste em manter separadas, apesar de oferecerem ensino superior — a do magistério superior e a dos docentes nos novos Institutos Federais.

Apesar de o governo ter procurado alardear como positivo o valor do reajuste a ser concedido ao longo de três anos, ao não considerar em sua proposta as perdas inflacionárias, o resultado ao final do triênio certamente não corresponderá aos índices anunciados, com o risco de alguns setores dos docentes terem efetivas perdas salariais.

Finalmente, a terceira e mais importante causa da manutenção da greve diz respeito a jamais ter havido qualquer progresso na reconquista de uma carreira docente que preserve a autonomia das universidades, reivindicação mais importante para o futuro da Educação Superior Pública de qualidade.

É preciso considerar ainda que desde 2007, com a anuência do Proifes, o governo federal vem manipulando níveis e regimes de trabalho. Naquele ano, outro “reajuste” escalonado por um triênio conseguiu ludibriar uma parcela considerável dos professores que, no entanto, não parecem hoje dispostos a aceitar as atuais propostas.

Para concluir, vale lembrar que os servidores federais não dispõem, há mais de 10 anos, de reajustes relativos a tempo de serviço, tais como quinquênio ou sexta parte, que compõem a carreira dos docentes das estaduais paulistas, por exemplo.

Nota da Adusp defende 10% do PIB no PNE

A Adusp emitiu, em 15/8, nota em defesa da destinação, no Plano Nacional de Educação 2011-2020, de recursos equivalentes a 10% do PIB para a educação pública, aprovada por unanimidade pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados, na forma de um substitutivo ao PL 8.035/2010 do executivo.

A nota (<http://goo.gl/piLsZ>) protesta contra pressões do governo sobre o legislativo para que seja revista a decisão, “atrasando ainda mais um processo que já se arrasta há mais de um ano e meio, o que é inaceitável”, e insta o Congresso Nacional “a aprovar, com urgência, os recursos previstos para a educação pública pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados”.

O substitutivo aprovado prevê, na Meta 20: “Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de sete por cento do produto Interno Bruto (PIB) do País no quinto ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a dez por cento do PIB ao final do decênio”.

Chance. De acordo com a nota da Adusp, “mais uma vez em sua história, o país tem a chance de superar pelo menos em parte seus atrasos escolares e ocupar no cenário das nações uma posição digna, respeitável, não submissa, e mais de acordo com suas necessidades e possibilidades”.

Segundo o texto, “ainda que

insuficiente”, a previsão de recursos para a educação pública aprovada pela Comissão Especial pode “assegurar creches de qualidade para toda a demanda; universalizar um ensino fundamental de qualidade; promover ensino médio a todos que a ele se habilitarem; criar uma rede de ensino superior público, gratuito e de qualidade que garanta, em dez anos, 1,5 milhão de vagas, adequadamente distribuídas pelo país e por todas as profissões e áreas de conhecimento”, além de permitir “duplicar os salários dos professores e demais trabalhadores na educação básica em um prazo de três anos, dando àqueles profissionais o reconhecimento que merecem”.

NCN lança campanha por Casa de Cultura Negra na USP

Em atividade realizada em 21/8, o Núcleo de Consciência Negra (NCN) lançou uma campanha pela criação da Casa de Cultura Negra no campus Butantã da Universidade de São Paulo. Segundo a entidade, o projeto arquitetônico do espaço já existe desde a década de 1990: seu autor é o arquiteto Oscar Niemeyer. “À época, fizemos uma discussão política na USP e entramos em

contato com Niemeyer para ajudar. Hoje, não abrir a Casa de Cultura Negra será sinônimo de impedir o conhecimento sobre o povo negro, que foi sujeito na construção do Brasil. Se temos uma Casa de Cultura Japonesa na USP, por que não podemos ter uma Casa de Cultura Negra?”, disse Jupiará Gonçalves Castro, fundadora do NCN e trabalhadora na FMUSP.

Vanessa Couto da Silva, coordenadora do NCN, falou da vulnerabilidade da entidade frente às demolições dos barracões no entorno da sua sede. “Ora ficamos sem água, ora sem telefone. A pergunta é: por que a USP rejeita tanto o NCN em seu *campus*? Queremos mudar essa realidade que não dá espaço para a cultura negra na academia”.

Representantes do DCE e da APG também estiveram presentes. O professor João Zanetic, ex-presidente da Adusp, deu seu apoio à causa: “Dentre os seus mais de 5 mil docentes, a USP não deve ter mais de 20 professores negros. A Casa de Cultura Negra tem sua importância e o peso de um projeto feito por Niemeyer deve ser propagandeado”.